



**ACÓRDÃO Nº778/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11021/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Beruri.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jose Roberto do Carmo Cruz (Ordenador de Despesa), Orlen Oliveira Picanço (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2448/2021-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Beruri, sob a responsabilidade do Sr. **Orlem Oliveira Picanço**, Presidente no período de 01/01/2018 a 28/03/2018, nos termos do art. 22, inciso II da Lei n. 2423/1996, dando-lhe quitação com base no art. 24 da Lei nº 2423/96.

**10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Beruri, sob a responsabilidade do Sr. **José Roberto do Carmo Cruz**, Presidente no período de 29/03/2018 a 31/12/2018, nos termos do art. 22, inciso II da Lei n. 2423/1996.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **José Roberto do Carmo Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri, no período de 29/03/2018 a 31/12/2018, no valor total de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), pelo envio intempestivo dos balancetes das competências de setembro, outubro e novembro/2018, sendo **R\$ 1.706,80** (hum mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de competência atrasado, conforme se infere da restrição 2 do Relatório Conclusivo nº



**ACÓRDÃO Nº778/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

70/2020-DICAMI (fls. 758/801) de responsabilidade deste gestor, impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.3.1.** Fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Recomendar** ao atual gestor da Câmara Municipal de Beruri no sentido de:

**10.4.1.** Adequar a contabilização dos bens, reconhecendo e registrando devidamente a depreciação destes, conforme predispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público;

**10.4.2.** Atentar quanto às despesas feitas no Banco, para que sejam realizadas através de ordens bancárias ou por emissão de cheques, a fim de dar transparência à movimentação bancária e aos demonstrativos contábeis nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público;

**10.4.3.** Observar com mais rigor o que reza a Resolução n. 09/2016 – TCE/AM que dispõe sobre o controle interno;

**10.4.4.** Acompanhar as providências adotadas pela Prefeitura Municipal de Beruri quanto à inscrição na dívida ativa dos gestores que devem recursos à Câmara Municipal de Beruri, conforme reza a Lei n. 4320/64;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº778/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4.5.** Realizar despesas somente através de ordens bancárias e emissão de cheques, a fim de que seja possível comprovar a efetiva finalidade da utilização do recurso, conforme previsto na Lei n. 4320/64.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 24 de Maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral